

---

# O EXÉRCITO E A QUESTÃO AMAZÔNICA

*Piero de Camargo Leirner*

No fim dos anos 80, houve na imprensa de grande circulação uma onda de notícias que evidenciavam a Amazônia como um problema de destaque, que assumia dimensões globais de preocupação. Não era a primeira vez que o tema “Amazônia” aparecia destacadamente; na década de 60, o lema “integrar para não entregar” sintetizava toda uma operação governamental de estímulo à ocupação da região amazônica, acompanhada por um esquema de propaganda muito bem montado, que incluía uma intensa divulgação do processo em noticiários. Porém, diferentemente dessa época – em que esse discurso era levado a público de maneira uniforme –, o que assistimos mais recentemente é a uma profusão de atores com discursos distintos, procurando, das mais diversas maneiras, legitimar, ou tomar senso-comum, uma idéia sobre o que é, como é, e o que deve ser a Amazônia.

Nestas definições ocorrem debates; grupos julgam posições, entrando em jogo até a legitimidade da existência de outros grupos. Envolve-se, a partir do fato que se trata de um território associa-

do a uma infinidade de problemas, o Estado na sua competência de soberano nesta região. A Amazônia, nesta medida, passa a ser uma questão nacional levada a público, e a imprensa, na sua necessidade singular de “colocar a público os furos de reportagem”, torna-se uma legítima porta-voz desta polifonia. Porém, talvez pela forma sintética dos seus veículos – concorrentes entre si –, ou talvez simplesmente para “fomentar a polêmica”, ela geralmente passa ao largo da natureza dos atores envolvidos no debate, apresentando, na maioria das vezes, apenas formas pictóricas e idealizadas destes, sem observar as diferenças e propriedades daqueles que emitem os discursos.

Isto ocorre também com militares, que aparecem freqüentemente como grupo envolvido na questão amazônica, como se pode ver nestes exemplos: “Terra Yanomami demarcada: militares perdem” (*Folha de S. Paulo*, 1991:A-12); “A nova realidade pôs os militares à prova no mundo todo e trouxe a discussão sobre a melhor forma de reorientar seu papel.(...). Com a hipótese de uma guer-

ra na Amazônia, os militares procuram justificar sua existência” (Veja, 1991:37). A idéia de que os militares “inventaram” um problema político inverossímil perto da Eco '92 foi recorrente em noticiários e manchetes, porém não houve uma preocupação de explicar previamente, se é que esta “inverossimilhança” era real, o porquê disso tudo.

De outro lado, alguns trabalhos acadêmicos da área de ciências sociais trataram do problema da ocupação da Amazônia desde o fim dos anos 60. De certa maneira, eles constituíram um discurso alternativo ao propagandístico do governo; sua contrapartida estava no fato de estabelecerem um tipo de estudo que se aproximava de populações à margem do chamado “processo desenvolvimentista”. Isto se vê mais claramente na antropologia, disciplina tradicionalmente dedicada às populações nativas da Amazônia, que

“sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos (índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e ‘pobres’ em geral) em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes. Quanto aos temas, sempre revelou uma afinidade particular por aqueles que eram claramente periféricos à grande arena das lutas políticas: dedicou-se muito mais ao estudo da família, da religião, do folclore, da medicina popular, das festas do que à análise do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sindicais, das relações de classe, do desenvolvimento econômico” (Durham, 1988:18).

O resultado, no texto, geralmente produz uma visão de certo ponto, pretende dar conhecimento de visões diferenciadas, que não eram públicas, mas cuja contrapartida é o desloca-

mento dos atores politicamente hegemônicos ao segundo plano:

“Usualmente, os poderosos e os ricos são considerados como referência em relação à qual a resistência se estrutura e, de qualquer modo, costumam ser o lado fraco da análise, aquilo que deve existir, mas que não se estuda em detalhes. Os ricos e poderosos constituem, assim, um ‘outro’ genérico que é necessário para explicar a resistência, mas ao qual geralmente não é permitida a representação.” (Caldeira, 1989:37)

Talvez o efeito mais comum disso seja o fato de que, no caso da questão amazônica, simplesmente, quando se fala de militares, ou se aceita uma visão difusa e genérica trazida pela imprensa, ou se aceita um fato de que um ou outro livro escrito por um militar – geralmente da reserva – representa a *fala* militar.

A confusão aumenta mais ainda sabendo que, talvez, uma das causas prováveis do relativo desconhecimento da organização institucional é o progressivo “fechamento endógeno” do Exército, com seus oficiais sendo cada vez mais provenientes de famílias de militares (Castro, 1993).

Nossa preocupação aqui é pensar – a partir do dado de que estamos considerando uma instituição que tende a este “fechamento” – em meios para se tratar institucionalmente um discurso militar, no sentido de procurar entender o lugar das falas que emanam legitimamente da instituição, e seu grau de legitimidade interna.

A partir de um caso específico, a ocorrência do tema “Amazônia” em monografias de fim de curso da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), pretendemos ver como o problema se constitui a partir do ponto de vista militar.

## A ECEME como produtora de idéias no Exército

A ECEME, como escola de preparação para o comando, constitui-se no principal passo para o oficial que deseje um dia chegar ao generalato. A escola foi criada em 1905, por ato do então ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo, com a denominação de Escola de Estado-Maior. Suas instalações se localizavam na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde permanece até hoje.<sup>1</sup> Para ingressar na escola, é necessário ser major ou tenente-coronel, e passar por um exame classificatório.<sup>2</sup>

Há uma "triagem" rigorosa para ser um oficial tomar general, necessariamente tem de passar pela ECEME. Ela é o filtro pelo qual se formará não somente a cúpula, mas também uma certa "elite" da força; e numa carreira em que o universo de relações é segmentado hierarquicamente e a capacidade de acúmulo de poder na cadeia comando-obediência depende da escala hierárquica, este sentido de "elite" tende a ser bastante valorizado e definido.

Deste modo, a própria idéia de "comando", do qual a ECEME é o instrumento de outorga, serve como característica distintiva entre os membros da carreira de oficial no Exército. O primeiro elemento que se deve olhar num oficial superior, para se saber com quem está falando, é se no uniforme ele possui um distintivo "QEMA" – Quadro do Estado-Maior –, dado aos que passam pela escola; e, portanto, saber se ele é ou não dotado de "competência"<sup>3</sup> para comandar.

Ora, o Exército é uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, e esta é uma definição seguida à risca, aparecendo em todos os momentos da carreira militar. A cadeia de comando-obediência constitui-se pela dinâmica que intercala

estes dois princípios: a hierarquia, como princípio estrutural que segmenta a corporação e atribui graus de poder aos indivíduos; e a disciplina, como substância da hierarquia, como preceito de que a ordem superior – em nome da coletividade – deve ser respeitada e transformada em norma de conduta. Assim, em uma situação ideal, uma tropa disciplinada é aquela que funciona perfeitamente, respeitando a hierarquia, transformando o comando em obediência.

Nessa situação o Exército se constituiria idealmente numa "sociedade" – dentro da sociedade – "fechada", pois a disciplina por si resulta num movimento cuja tendência é a não incorporação de elementos exógenos que não têm como se encaixar no circuito hierárquico.<sup>4</sup> Como parte da *coisa pública*, o Exército estaria, assim, numa contradição insolúvel caso este funcionamento se constituísse monoliticamente. Notadamente, ele encontraria zonas de conflito em dois extremos: um, na inevitável negociação cotidiana de seu papel com a sociedade que o constitui e o legitima; outro, na maneira pela qual ele absorve o impacto das transformações também cotidianas dessa mesma sociedade. Como imposição a estas duas situações-limite, ele traça regiões específicas de *contato* sistemático com o resto da sociedade que permitam uma certa maleabilidade – inevitável a qualquer instituição nacional. Nesse caso, estes *lugares* extraordinários de *contato* com a sociedade global acabam sendo previstos e delimitados pela cadeia de comando-obediência, como fruto de uma regulamentação imposta pela hierarquia e disciplina. Assim, também são determinados pela instituição, não aparecem de improviso.

Talvez uma boa prova disso seja o fato de um civil não poder ter acesso a qualquer lugar da instituição sem uma autorização. Até para se contatar estes lugares próprios, é preciso estabelecer toda uma

rede de contatos e procedimentos que, mesmo assim, não garantem acesso (Castro, 1990:163-73). Não basta, no caso do civil que queira entrar em contato com militares, conhecer alguém que possa levá-lo para dentro da caserna, especialmente se este alguém não for um oficial general ou superior. Deve-se, antes de tudo, possuir um aval da cadeia de comando; e, como se trata de um corpo disciplinado, geralmente uma ordem de um general-de-exército é suficiente.<sup>5</sup> Mesmo assim, a tendência é que o contato permaneça nos limites daqueles lugares pré-estabelecidos.

Seriam hoje estes lugares específicos as relações públicas dos comandos militares e, conforme experiências empíricas de pesquisa de campo têm demonstrado, algumas escolas militares (Castro, 1990; Leimer, 1995). Em outra época, a ESG teve esta função, o que foi publicamente admitido por vários militares (D'Araújo et alii, 1994).

Ulteriormente, a ECEME tem cumprido sistematicamente este papel de contato com o mundo civil. Em geral, isto se dá da maneira mais visível sob a forma de eventos em que civis – geralmente professores, empresários e profissionais liberais – são convidados a expor sobre um tema de interesse da escola e depois a debatê-lo. Nestes eventos, certos grupos de trabalho de oficiais aproveitam as informações e incorporam-nas em seus trabalhos e atividades. Pode-se dizer que a ECEME desempenha esse papel dentro do Exército porque sua função educativa se coaduna com influxos externos à instituição, ou seja, aproveita a “visão da sociedade” (termo empregado em um destes eventos) com o pretexto de executar uma constante reavaliação da doutrina da força.

Trata-se, então, de um lugar em que o Exército está ao mesmo tempo “se mostrando para a sociedade” e “vendendo-a”; e porque a ECEME possui esta mão dupla é que acaba se encarregando da tarefa do

contato com o mundo civil. Sua tarefa é, de fato, muito semelhante à da ESG de três décadas atrás,<sup>6</sup> com a diferença – fundamental – de que a ECEME é uma escola do Exército, e lá se formam apenas militares – especificamente maiores e tenentes-coronéis. Neste sentido, pode-se dizer que ela está sob total controle institucional, reforçando, por isto, a idéia de que este é um lugar legitimado coletivamente.

Vista como um “laboratório de idéias” (REB, 1989:19), a ECEME firma-se neste cenário como um centro que congrega a experiência anterior de oficiais superiores em unidades de tropa, a experiência de oficiais – geralmente coronéis – instrutores, a experiência de oficiais gerais que lá vão palestrar e a experiência do contato com civis que lá também vão palestrar. Tudo isto, fundido e relido sob a ótica militar, produz, como resultado final, avaliações da realidade que são aproveitadas no conjunto doutrinário, sendo estas aplicadas nas disciplinas ministradas no curso<sup>7</sup> e sinteticamente agrupadas nas monografias de final de curso.

É estritamente neste processo que as monografias de fim de curso da ECEME são elaboradas. Através delas, não somente se pode observar uma leitura de militares sobre o contexto como também retirar uma idéia daquilo que é interessante para eles, formalizado em temas mais ou menos recorrentes. Por essa ótica é possível ver, através dessas monografias, como a questão amazônica aparece no tempo para os oficiais do Exército – lembrando que estamos tratando de oficiais da ativa, com discursos legitimados pela instituição, que determina a produção desses textos. Nesse sentido, já foi dito que “os oficiais de estado-maior funcionam concomitantemente como reformuladores de doutrina e ‘cabas de ressonância’ na propagação da mentalidade militar, pois na qualidade de chefes qualificados exercem considerável influência em insti-

tuições hierarquizadas” (Soares, 1994:15). Passemos então a uma leitura destas “leituras”, tendo como foco a questão amazônica.

---

### **Uma leitura de monografias da ECEME: o estado da questão**

As monografias finais de curso de estado-maior são atividades obrigatórias para a titulação do aluno. Devem ser feitas individualmente e hoje representam cerca de 10% do peso da conceituação final do curso. Esta conceituação pode alterar a antiguidade do oficial dentro da sua patente e da sua turma da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Cabe ressaltar que a *antiguidade* não é apenas um conceito que se refere a uma ordem temporal, mas sim um indicador da posição de cada oficial na escala hierárquica – até os de mesma patente. Tal conceito substancializa uma ordem de *classificação*, combinando-a com o ano de formatura nas escolas e com a patente que o indivíduo tem. Todos, sem exceção, ocupam um *lugar* respectivo na escala de *antiguidade*.

Esta posição é definida por uma ordem numérica, onde cada um da mesma arma tem seu *número* na sua turma, e esta dentro da patente correspondente. Assim, por exemplo, há os maiores 16, 17, 18... da Cavalaria de 1979.<sup>8</sup> Esta ordem classificatória – para os oficiais de carreira – começa já na AMAN, e, nesse sentido, o critério inicial, que se estenderá influenciando por toda a carreira de cada membro, tende a ser praticamente todo concebido nas notas e conceitos dos tempos escolares:

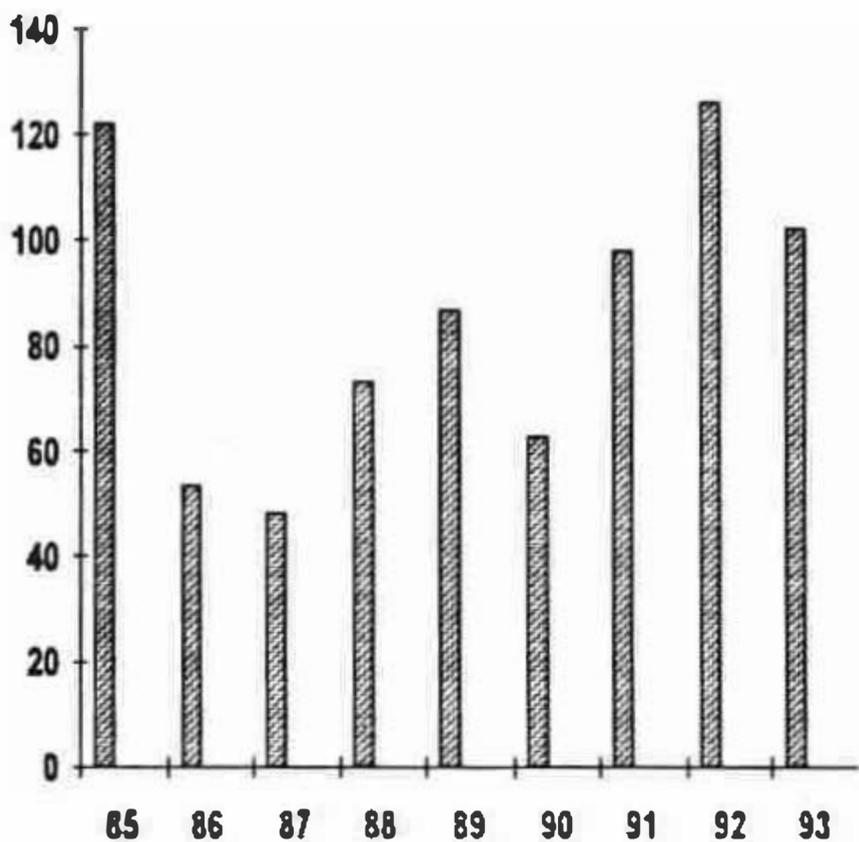
“A *classificação* em notas e conceito militar é considerada fundamental, pois é segundo a ordem de classificação que os cadetes escolhem a Arma e o local onde irão servir após a formatura, e é essa mesma classificação que influirá na or-

dem de promoção durante toda a carreira. Uma posição quase mítica é ocupada pelo cadete 01 (‘zero-um’) e, em escala decrescente, pelos outros cadetes ‘zero’: 02, 03... São posições de presúgio. É o cadete 01 quem, no dia da formatura final do curso, recebe a espada de oficial das mãos do presidente da República e abre o portão de ‘saída dos novos aspirantes’, por exemplo. ‘Aqui o que importa é a classificação’, diz um cadete do 4<sup>o</sup> ano, e é notável como todos os cadetes não conhecem apenas a sua própria classificação, como também a de vários colegas de ano para ano, quem ‘subiu’ e quem ‘desceu’. É extremamente comum ouvirmos, em conversas com cadetes, afirmações como ‘sou o 17<sup>o</sup> em 38, entrei como o 26<sup>o</sup>’, ou ‘ano passado eu não tava com saco de estudar, caí quatro [colocações] pra trás’, ou ainda ‘ele era o 09, mas estudou muito e agora tá ameaçando o 02’.” (Castro, 1990:46)

Pode-se dizer que na ECEME ocorre uma das últimas grandes chances de se avançar consideravelmente na *antiguidade*, e, por isso, as monografias adquirem uma relevância ainda maior. Mas não é só isso, se considerarmos que além da sua relação com a classificação, há o fato de que as monografias, se tiverem os conceitos “bom” ou “muito bom”, vão para a Biblioteca Castelo Branco, a biblioteca da escola, localizada no segundo andar do mesmo prédio. Isto significa para um oficial uma oportunidade – provavelmente única – de ter um trabalho com acesso público, tanto para o público em geral quanto para seus colegas. Das turmas entre 1985 e 1993 – com 120 a 150 alunos por ano –, das quais possuímos uma listagem completa das monografias que foram para a biblioteca, o número total de monografias que lá chegaram oscila entre 48 e 126 (figura 1).

Além da oportunidade que isso possa representar para um oficial, esta biblioteca constitui-se no único acervo onde

**Figura 1**  
Número de monografias por turma  
(1985-1993)



podem ser encontradas expressões do pensamento de militares da ativa não publicadas. Isto significa que lá também é provavelmente o único acervo de registros sistemáticos – que são voltados para uma atividade interna – do pensamento militar (do Exército) dos últimos anos.<sup>9</sup> É nesse prisma que dizemos que este lugar de produção de discursos é legitimado institucionalmente e por isso precisamente revelador senão do genericamente chamado “pensamento militar”, ao menos de um “mapa mental” de como os militares vêem o contexto à sua volta.

As monografias, apesar de serem trabalhos individuais, são fruto de um investimento coletivo que passa por uma série de procedimentos que garantem um certo controle institucional sobre sua produção. Não há, como poderia se pensar, autonomia do aluno para falar sobre o que quiser; não se trata, portanto, de produtos de uma “livre associação” calcada na experiência individual de cada oficial. O principal destes mecanismos de controle é uma lista anual de temas de interesse do Estado-Maior, elaborada pela Seção de Doutrina da ECEME, em conjunto com o Estado-Maior, em Brasília,

com temas de relevância a serem tratados pela monografia. Cada aluno, de acordo com sua arma, sua carreira ou interesse demonstrado ao longo do curso, tem três opções na lista de temas para elaborar seu trabalho, podendo ainda sugerir um tema extra de seu interesse, cuja pertinência para a escola a mesma seção julgará.

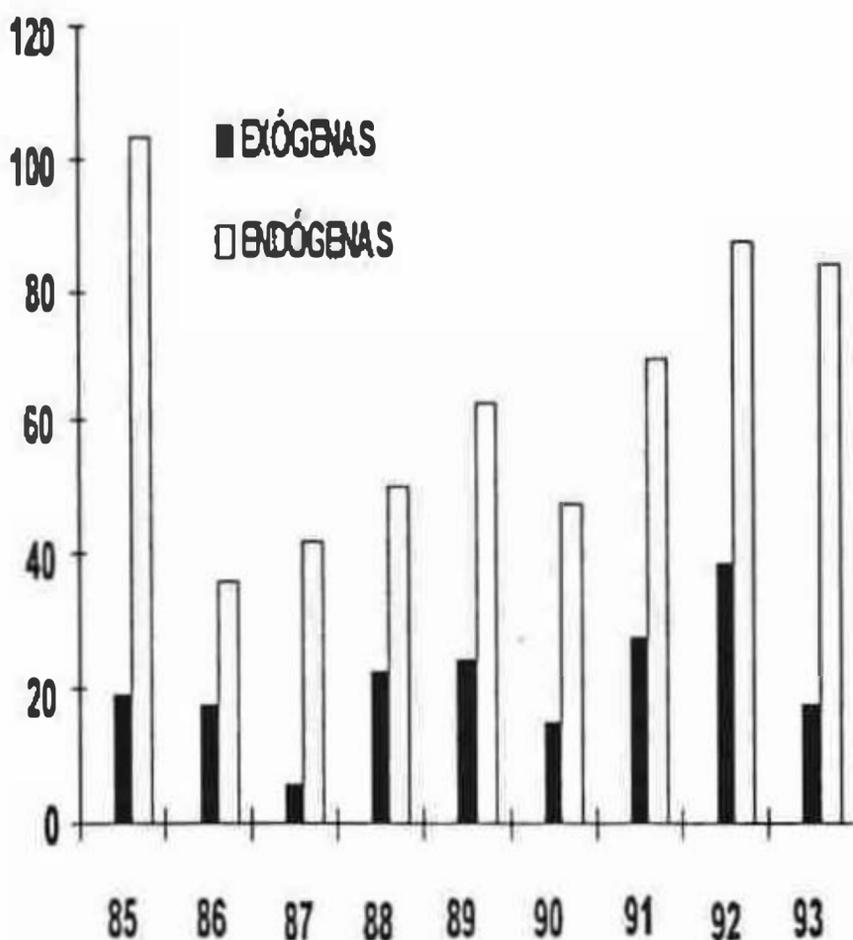
As monografias geralmente seguem esta lista, com poucas exceções de temas sugeridos por oficiais. Desta maneira, o universo das monografias tende a corresponder às determinações do comando do Estado-Maior, seguindo o esquema disciplinar. Ressalte-se o fato de que provavelmente os oficiais instrutores – coronéis – devem ter grande influência na sugestão dos temas para os alunos. Hipoteticamente, ao se olhar para as monografias, pode-se ter uma noção dos assuntos de interesse do Exército.<sup>10</sup> Isto porque os critérios classificatórios substancializados nas monografias tendem a seguir os critérios de classificação de temas do Estado-Maior.

Seguindo essa premissa, para fins analíticos, as monografias podem ser vistas em dois grupos básicos. O primeiro pode ser classificado como de monografias “endógenas”: aquelas que têm como tema questões específicas e exclusivas do mundo militar. O segundo, de monografias “exógenas”: aquelas cuja temática é uma questão ou exterior ou ampla o suficiente para levar em conta outros atores sociais. Como exemplos do primeiro grupo, estão monografias que falam de administração militar em brigadas ou companhias, ou então do emprego de material em terrenos e de doutrinas de combate diversas. No segundo grupo estão aquelas que falam de questões nacionais, como a política de informática ou a questão amazônica. Grosso modo, pode-se dizer que o primeiro grupo tende a ser mais “técnico”, enquanto o segundo tende a ser mais “político” – o que, em absoluto,

não quer dizer que ambos não possuam conteúdos tanto "técnicos" quanto "políticos". De toda forma, o que nos orienta para esta classificação são características gerais existentes nas monografias, que procuram dar "respostas" aos problemas suscitados pela lista de interesses, de acordo com a idéia de emprego doutrinário que está por trás da formação que se dá aos quadros de comando.

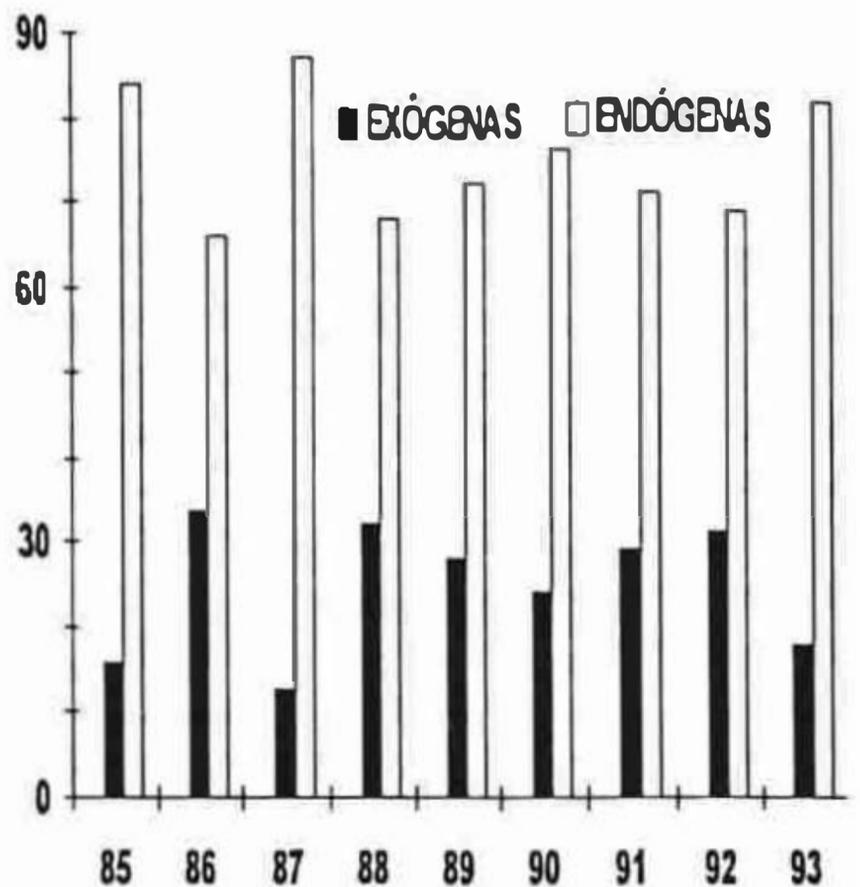
É de acordo com este universo que procuramos ver a incidência dos dois grupos entre 1985 e 1993 (figura 2), salientando que deste período possuímos uma listagem completa das monografias que foram para a Biblioteca Castelo Branco.

Figura 2  
Número de monografias por grupo  
(1985-1993)



Note-se, na figura 2, que há uma predominância absoluta de monografias "endógenas" ao longo dos anos, e também uma certa relação constante entre o total de monografias e os dois grupos distintamente. Para que esta relação fique mais clara, convém exibir o percentual de ambos os grupos em relação ao total (100%), como se vê na figura 3.

Figura 3  
Tipos de monografias por turma, em %  
(1985-1993)



A proporcionalidade segue, assim, uma linha relativamente constante, oscilando nos extremos em 21%<sup>11</sup> - um número pequeno se considerarmos a variação que ocorre em números absolutos que anualmente recebem "bom" e "muito bom". Isto revela que pode haver uma dupla linha - com uma terceira derivada - hipotética de fatores determinantes desta proporcionalidade relativa: pode ser uma designação do comando, que sugere temas na proporção aproximada de 70% "endógenos" e 30% "exógenos" para o total da turma, discriminando-os de aluno para aluno; ou pode ser uma curva que coincida com uma série de fatores subjetivos e individuais que, dada a formação relativamente homogênea dos oficiais desde a AMAN, segue este padrão; ou ainda, os dois fatores juntos, atuando um sob o outro.

Esta última hipótese talvez seja a mais correta. Em primeiro lugar, porque se o comando tivesse uma determinação tão precisa, a variação, apesar de pequena, provavelmente seria menor ainda, talvez beirando o zero - como convém a um esquema disciplinar rígido. Em segundo

lugar, porque a oscilação do número absoluto de monografias não corresponde à idéia de que há uma determinação lógica em termos matemáticos por trás delas, embora de fato se observe uma tendência à determinação (como se vê nas porcentagens).

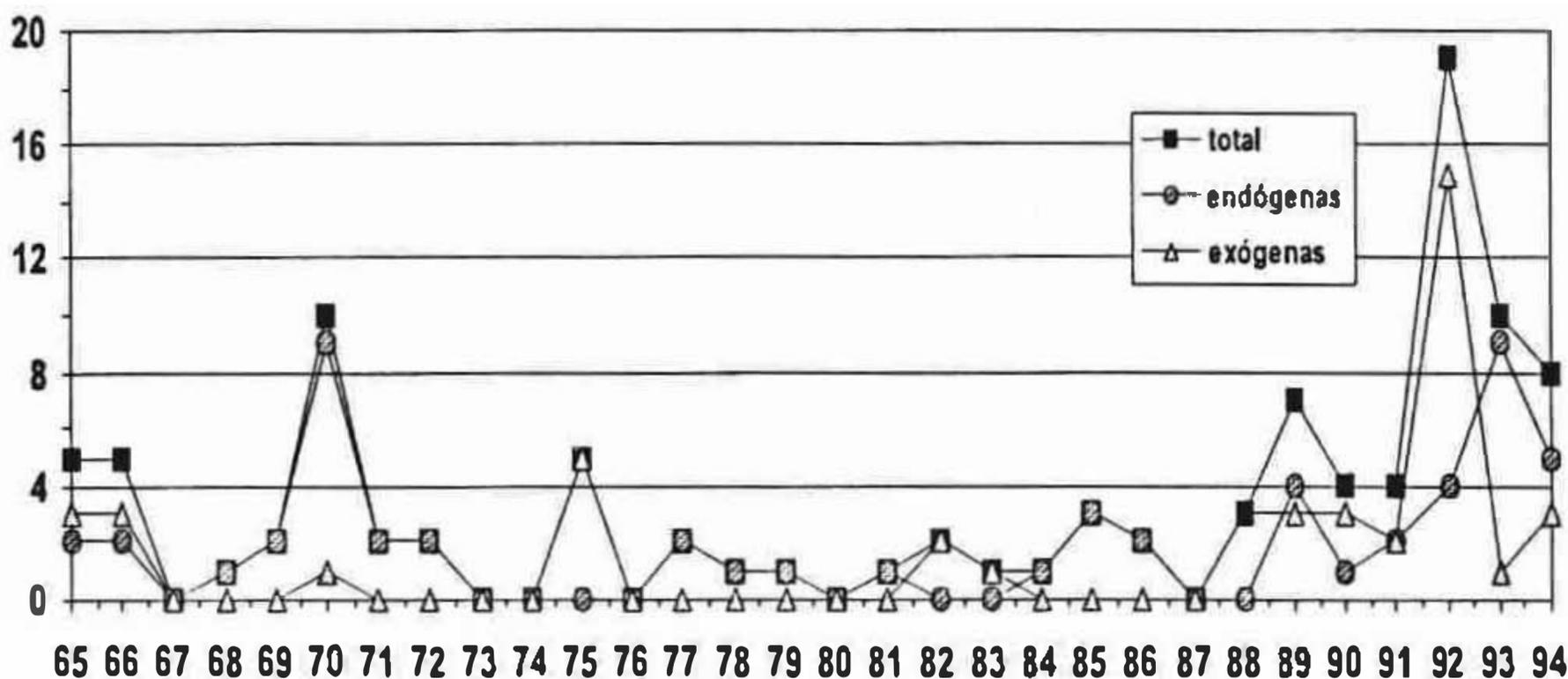
E, em último lugar, porque as monografias realmente são individuais e correspondem a uma subjetividade – prova disso é a ocorrência de turmas em que menos da metade recebe os conceitos mínimos para expô-las.

Um bom contraponto possível para poder checar essas hipóteses é ver-se, em casos particulares, esta mesma lógica aparece. Aproveitaremos, assim, nosso problema inicial – a questão amazônica – para realizar duas tarefas em apenas uma: primeira, verificar as hipóteses que surgem do problema que envolve o processo de fabricação das monografias; segunda, verificar o problema inicial que nos propomos a investigar – trazer uma ma-

neira de entendimento da relação entre Exército e questão amazônica.

Seguindo esta linha, o primeiro ponto a ser verificado é a própria ocorrência do tema “Amazônia” no mesmo período em que foi executado o levantamento global, para ver se há uma constância de acordo com o número absoluto de monografias. Juntamente, disporemos entre estas monografias a incidência de “exógenas” e “endógenas”, e assim poderemos verificar se neste recorte se segue a tendência geral – expressa na curva relativamente constante de percentual de incidência dos dois grupos. Antes, porém, recuaremos o universo de monografias – a partir de um levantamento por assunto em que se listou o tema “Amazônia” e correlatos, como “selva” ou “Projeto Calha Norte” – para 1965, a fim de ver também se dentro do referido tema há alguma tendência constante. Chegamos à incidência, em números absolutos, constante do gráfico da figura 4.

Figura 4  
Incidência do tema “Amazônia” em monografias da ECEME (1965-1994)



Note-se que de 1967 até 1987 – exce- tuando-se 1975, 1982 e 1983, em que o número de “exógenas” é um pouco maior (o que inclui também 1965 e 1966) –, a tendência é a predominância quase que absoluta de monografias “endógenas”. A par da pequena quantidade de mono-

grafias sobre o tema – à exceção de 1970 – aparentemente se seguiu uma tendência geral de produção de monografias, reproduzindo um caráter “técnico”. Isto se vê em monografias como *O agrupamento de elementos de fronteira como eu vi*, *Uma Infantaria para a Amazônia*, *O equi-*

*ponente fluvial para atender as unidades do Exército na Amazônia ou Articulação administrativa no apolo na Amazônia.*

Em parte, o pequeno número de monografias pode ser explicado pelo reduzido tamanho de contingentes no local, e assim respectivamente pelo reduzido número de oficiais que lá serviram e poderiam, dessa forma, aproveitar sua experiência na sua confecção. E em parte justamente se não fosse uma dissonância em 1970 – ano de abertura da rodovia Transamazônica –, e outra maior ainda em 1992 – ano da Eco '92. Note-se, contudo, que nestes dois períodos distintos há uma diferença qualitativa fundamental: o primeiro tem predominância absoluta de monografias “endógenas”, e o segundo de “exógenas”. Examinemos mais detalhadamente.

A rodovia Transamazônica, formalizada pelo Decreto-Lei 1.106, de 16 de julho de 1970, se não foi a maior obra de engenharia civil do período de governo militar, ao menos foi a maior em termos da propaganda que gerava.

De acordo com a formação geopolítica com a qual todo oficial militar tem contato,<sup>12</sup> tal obra viria atender a uma necessidade de reequilíbrio geopolítico causada por uma zona de pressão na área da bacia do Prata – necessidade esta percebida já em 1935 por Mário Travassos, e posteriormente reelaborada (cada qual com suas peculiaridades) destacadamente por Lysias Rodrigues e Golbery do Couto e Silva, e reforçada por Meira Mattos (Costa, 1994:16). Não somente por se tratar de militares, mas também por ter uma doutrina compatível com uma diretriz de ação terrestre para esta imensa área, este tipo de pensamento encontrou respaldo institucional, e agiu como uma caixa de ressonância para que a cúpula militar do Exército, imbricada no núcleo governista, “comprasse a idéia” e a transformasse em projeto nacional.

Nesta situação, em que o Exército se encontra numa posição em que se toma mais fácil ver projetos, valores, estratégias e diretrizes se concretizarem, toma-se compreensível como um pensamento geopolítico, um emaranhado de posições ideológicas como o “integrar para não entregar” e elementos técnicos próprios da caserna conseguiram se fundir e se tomar uma prática governamental. Neste sentido, os escalões intermediários – dos maiores então alunos da ECEME – de certa maneira refletem esta situação, produzindo um “pico” de monografias com o tema “Amazônia”; mas, seguindo um padrão geral de produção de um conhecimento próprio (leia-se “endógeno”), estas monografias – concomitantes ao projeto da rodovia – não sobrepujaram um “espírito político” ao seu caráter “técnico”.

Talvez porque justamente concomitante, o fato não se propagou com a devida força nos escalões intermediários a ponto de ser determinante nas monografias; ou talvez pelo fato de o governo possuir uma articulação com a instituição militar através da Escola Superior de Guerra, liberando, assim, a ECEME de uma incumbência política imediata; ou ainda, finalmente, talvez pelo fato de que o imbricamento dos altos escalões com o núcleo de governo de certa maneira “aliviou” escalões intermediários de uma tensão política que fatalmente ocorreria se o grupo estivesse numa situação de desfavorecimento de poder, em que todos os seus membros deveriam se esforçar na propagação de uma ideologia política em “pronta resposta”.

De todo modo, cinco anos depois, em 1975, um ano depois da entrega da Transamazônica, cinco monografias sobre o tema aparecem, sendo as “exógenas” maioria absoluta. Colabora para isto o fato de quatro das cinco versarem diretamente sobre a Transamazônica – seus títulos, iguais (só mudando o subtítulo

de uma delas): *A Transamazônica e a Perimetral Norte: seu papel na colonização da Amazônia, seu valor no quadro da segurança nacional*. Constituiu-se, agora sim, depois do fato político propriamente realizado, uma “leitura militar” de um problema político. Este fato, como contraponto a 1970, reforça a idéia de que a concomitância das monografias ao lançamento do projeto assegurou – senão ao menos foi suficiente para – uma menor “politização” institucional em relação à questão amazônica, aqui sempre se orientando pela hipótese de que as monografias são um instrumento válido para o cientista social “ler” a instituição.

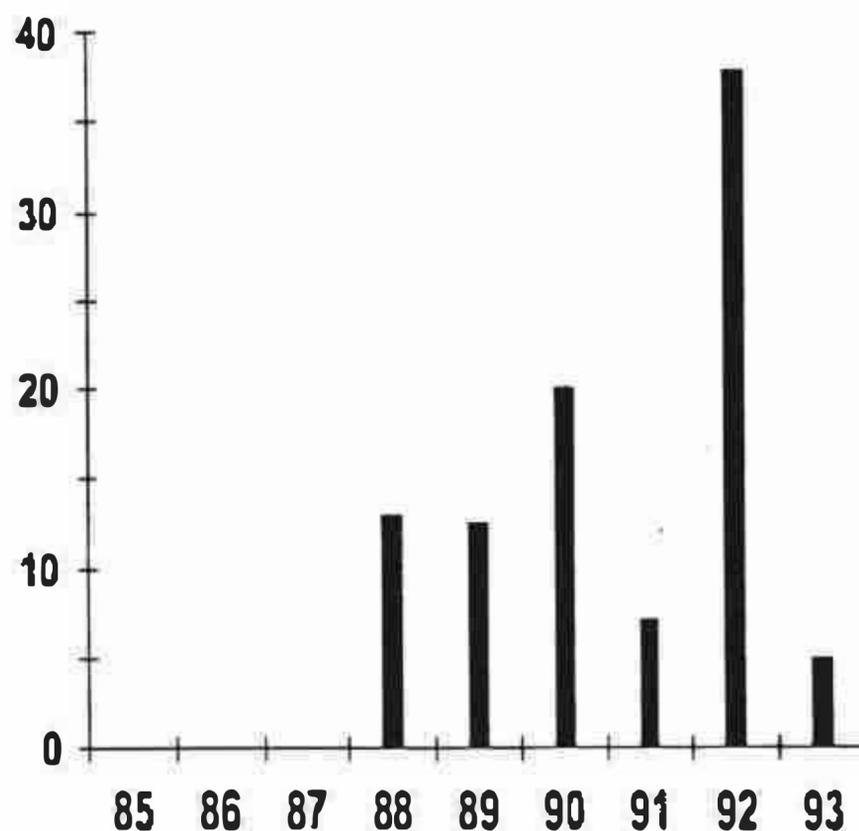
Já em 1992 a dinâmica entre os grupos de monografias se inverte. Concomitante à Eco '92, se registra o maior pico do tema “Amazônia” até hoje, em que a soma de todas as monografias sobre o tema “Amazônia” entre 1971 e 1987 não é superior a apenas o total das produzidas nesse ano. Do mesmo modo, as “exógenas” superam em muito as “endógenas”, consagrando assim um ciclo de inversão da tendência de predominância de “endógenas” que timidamente começava em 1988.<sup>13</sup>

Curiosamente, o começo deste período coincide com a Constituição de 1988, sob a qual posteriormente um amplo debate sobre a questão amazônica, e em especial a questão indígena, fecunda espaços em noticiários da grande imprensa. Do mesmo modo, a Eco '92 foi também tomada como um espaço privilegiado para que uma enorme quantidade de grupos de interesse se formasse e atuasse politicamente no sentido de pressionar o governo e o Congresso, para, na revisão constitucional de 1993, se aprovarem leis definitivas que regulamentassem uma série de procedimentos em relação à Amazônia e seus habitantes. Neste movimento também entrou o Exército, muitas vezes através do próprio ministro, outras através de assessoria de imprensa, em notas e manchetes de jornal.

Porém, o que se pode constatar através das monografias é que internamente se formava um movimento de politização da questão amazônica, contrário, portanto, à tendência de equilíbrio geral do universo total. Nesse sentido, conforme visto acima, em 1992 o percentual geral dos dois grupos foi o mais próximo de todos da linha média: 69% de “endógenas” e 31% de “exógenas”.

Muitas vezes aparecendo sob o rótulo do Projeto Calha Norte, outras em monografias mais genéricas como *A Amazônia e a preservação do meio ambiente*, é possível se notar que a questão amazônica passa a ser um emblema de orientação política que para o Exército começa a assumir uma força considerável, mesmo se considerarmos a totalidade de fatos políticos que podem ser abordados por monografias – como pode ser constatado na figura 5.

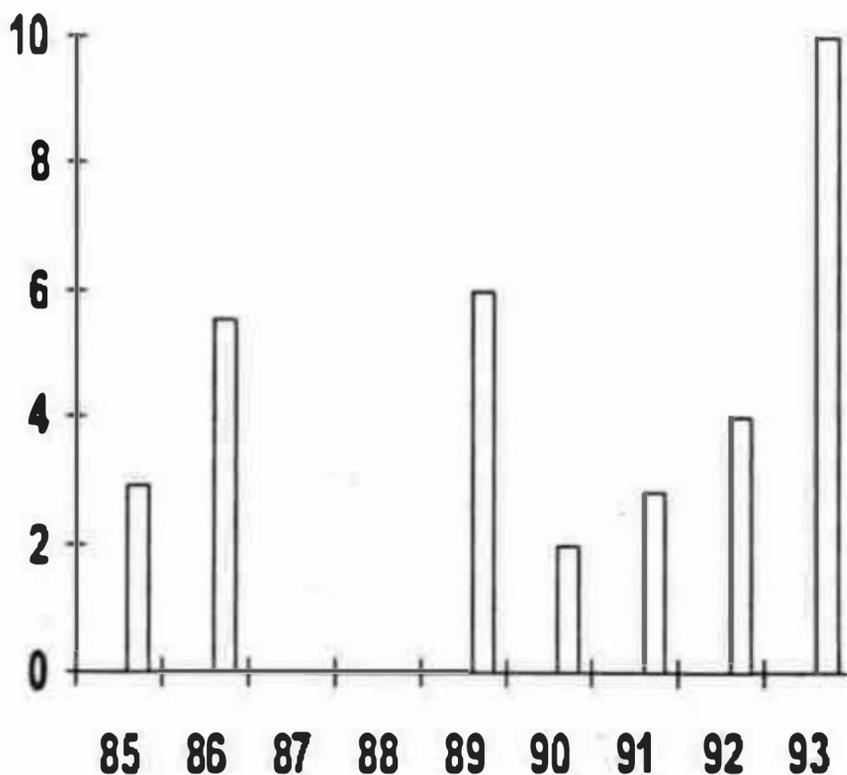
Figura 5  
Percentual de incidência do tema  
“Amazônia” em monografias  
“exógenas”



Note-se que em 1992 o tema “Amazônia” chega a abarcar a surpreendente marca de quase 40% de todas as monografias “exógenas”, revelando a dimensão e o caráter que o tema assumiu nesse ano. Se compararmos com o mesmo

tema em "endógenas", veremos que, além dos percentuais serem mais significativamente altos, as "exógenas" oscilam profundamente com o contexto, enquanto as "endógenas" tendem a uma maior constância, como se pode ver na figura 6.

Figura 6  
Percentual de incidência do tema  
"Amazônia" em monografias  
"endógenas"



Mais curioso ainda é o fato de que em 1993 – ou seja, depois da realização da Eco '92 – há uma brutal queda de monografias "exógenas" com o tema "Amazônia", embora este tema ainda pareça relevante, se comparado à incidência da década de 80. Mesmo assim, já há uma queda para quase metade do número de monografias, e em 1994 este número desce mais ainda.

A esta inversão podemos responder com uma hipótese – a de que o Exército estava poliúticamente atrelado ao contexto global como qualquer outro grupo, e que a questão amazônica não foi somente uma "bandeira política", mas, principalmente, constituiu-se também num discurso que circulava internamente, produzindo uma "verdade para dentro". Isto se evidencia pelo fato de que se compararmos os dados temáticos com os gerais de 1992, notaremos que este não

foi um ano que aumentou a "poliuição", pois o percentual dos grupos permaneceu constante. Mas, de outro lado, entre as monografias "politizadas" (leia-se "exógenas"), as que se referiam à "Amazônia" significavam uma parte considerável, muito maior que a dos outros anos.

Deste modo, o contexto foi favorável para que, num determinado momento, a questão amazônica ligasse uma série de elementos que puderam ser interpretados como uma ameaça à segurança nacional, o que aparentemente acabou servindo também como "fator de coesão" para o próprio Exército.

Estes elementos, se olharmos "por alto" para o conteúdo das monografias "exógenas" do período 1988-1992, aparecem numa constante repetição, em 100% das monografias, atuando quase quemnemonicamente e de indivíduo em indivíduo na formação de uma consciência uníssona dentro da força. São eles – ligados à questão amazônica – o *Movimento Comunista Internacional nos países fronteiriços*, o *narcotráfico na fronteira*, a *demarkação exagerada de terras indígenas*, e a *atuação de organizações não-governamentais que usam atípicos a soberania nacional*. Finalmente, pode-se dizer que eles se encontram sintetizados num único conceito, a *cobiça internacional pela Amazônia*.

Este conceito, ao contrário do que possa parecer, não surge concomitantemente com os outros. Já em 1969 pode-se notar em monografias a existência da idéia de *cobiça internacional*. Na *História do Exército brasileiro* (Estado-Maior do Exército, 1972), primeira investida institucional de se produzir uma história do Brasil focada no Exército,<sup>14</sup> a idéia da cobiça atravessa o tempo:

"Francisco Caldeira Castello Branco, 1616, fundou Belém do Pará com o erguimento de uma fortificação.

Começava a ocupação da Amazônia, naquela época muito cobijada por holandeses, franceses e ingleses que percorriam o baixo Amazonas, explorando a região, comerciando com os nativos, criando estabelecimentos comerciais e construindo fortins.” (p. 228, grifos meus)

“Voltando aos serviços dos geopolíticos brasileiros reportamo-nos aos da campanha de esclarecimentos no caso do *arquitetado* Instituto da Hiléia Amazônica [1948], os quais mandados inserir nos Anais do Congresso Internacional, fizeram modificar o curso dos acontecimentos.” (p. 1047, grifos meus)

“Estas ações [1972] crescem em importância em particular nos imensos espaços vazios da Amazônia e no oeste do Mato Grosso, reconhecida-mente não incorporados ao nosso processo de civilização, com a agravante em potencial *existente da cobijça estrangeira (...)*.” (p. 1050, grifos meus)

Há, assim, nesta história a tentativa de estabelecer *a cobijça internacional pela Amazônia* como um fenômeno de longa duração, ou melhor até, um fenômeno “sempre existente” – desde o começo da colonização. Funda-se, dessa forma, não somente uma “tradição”, no sentido dado por Hobsbawm (1984), mas principalmente cria-se numa base abrigada num fenômeno que tende à permanência – afinal, se ele pode ser visto através da história como algo que sempre existiu, tende também a atravessá-la – um mapa mental em que é possível se montar uma série de “mosaicos” com elementos do contexto que, ligados, sempre fornecerão este mesmo padrão de leitura da realidade.

O que em 1972 era visto apenas como o “arquitetado plano da Hiléia Amazônica”, em 1992 soma-se à “ação de ONGs”,

ao “MCI [Movimento Comunista Internacional]” e ao “narcotráfico”. Constrói-se então uma história em que elementos vão se acumulando e progressivamente dando realismo e verossimilhança – para seus partícipes – a esta leitura peculiar e focada da história.

Dessa maneira, reuniu-se, através desses elementos, uma leitura da realidade que no seu *output* mais visível, com declarações à grande imprensa, aparecia como uma “justificativa de sua existência”, tal qual colocado pela revista *Veja* no começo deste artigo.<sup>15</sup> A pergunta é: justificar para quem? Se do fato de que desta visão “quase mítica” – no sentido de que reúne elementos que atravessam a história – para a ação política se concretizar há um passo muito pequeno, pois a franca convicção leva quase sempre à tentativa de convencimento dos outros, é um outro problema. O que nos interessa reter é que embora a Amazônia ocupe um lugar político – às vezes mais manifesto, às vezes menos –, isto não significa que internamente, ao menos, ela tenha aumentado o grau de “poliização” do Exército.

Finalmente, nesta medida, o discurso institucional sobre a Amazônia de certa maneira se “politiza” consideravelmente em 1992, porém tendo a *cobijça* como um fenômeno de longa duração que já se sustenta há algum tempo, não sendo, portanto, uma invenção abrupta que surge convenientemente com o decréscimo de poder militar após 1985. Se assim fosse, como então explicar que o Projeto Calha Norte, criado em 1985 e tão associado a uma “invenção militar”, surja em monografias apenas a partir de 1988, e se intensifique apenas em 1991? Ora, não estaria, assim, o “laboratório de idéias” um pouco atrasado? Apenas, este fato serve de sugestão para que se olhe atentamente para o lugar em que uma fala é emitida antes de tomá-la por “militar”. Lembre-se apenas que numa instituição

hierárquica, baseada na relação de comando-obediência, as idéias disseminam-se rápido.

Esta leitura de monografias sugere, portanto, que o Exército, à exceção dos momentos em que o debate geral "esquenta", mantém um padrão de leitura mais "técnica" para a questão amazônica – de acordo com uma tendência que é geral. E, mantém na idéia de *cobiça* uma base permanente para a questão ser reavaliada em termos políticos. Não se trata, portanto, de uma questão determinante para o Exército; mas sim que, por outro lado, o Exército se considera determinante para esta questão.

---

## Notas

1. Houve, entre 1905 e 1940, outros endereços. Sua instalação definitiva, a partir de 1940, é na referida praia, na praça General Tibúrcio 125, ao lado do Pão-de-Açúcar.

2. A não ser os oficiais primeiros colocados na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais).

3. Categoria nativa, utilizada para verificar se a pessoa condiz com o mérito que ela possui na escala hierárquica. Um oficial bem classificado na carreira, com muitos cursos em seu currículo, geralmente é um "oficial competente".

4. De fato, esta situação em parte ocorre. Uma evidência é a noção que traça os primeiros limites da identidade militar e sua distinção do mundo civil, genericamente tomado pela categoria "paisanos" (Castro, 1990:37-45).

5. Os procedimentos de entrada descritos por Castro no último capítulo de *O espírito militar* são elucidativos para se entender como este tipo de procedimento acontece concretamente.

6. Sabe-se que na década de 60 também houve contato entre oficiais da ECEME e professores civis, principalmente da PUC-RJ. Porém, estes foram contatos mais esporádicos, sem a característica regular que havia na ESG e que há hoje na ECEME.

7. São elas: serviços de Estado-Maior; segurança interna; administração militar; história militar; direito; apoio administrativo; idiomas; operações de brigada; mobilização; estratégia; política; sociologia; economia; ciência e tecnologia; operações de divisão de Exército; Exército de campanha (Soares, 1994:15).

8. Devese salientar que este é um exemplo aleatório e não se conhece os oficiais em questão.

9. Ao menos de 1965, quando começa a existência das monografias, até hoje.

10. Mesmo para temas reservados, há monografias "reservadas", que só podem ser vistas com autorização superior.

11. 34% e 13% para as "exógenas", e 87% e 66% para as "endógenas", dando em ambos a diferença de 21%.

12. Segundo a *História do Exército Brasileiro*, "Conhecendo praticamente todo território brasileiro e voltando-se, por dever do ofício, para os problemas de segurança nacional, o oficial do exército é levado, naturalmente, a interessar-se pelos estudos de geopolítica" (Estado-Maior do Exército, 1972: 1045).

13. Como pode-se observar, no período 1988-1991, há um total de 11 "exógenas" e sete "endógenas".

14. É importante salientar que este livro, em três volumes, foi elaborado a partir de 49 monografias da ECEME.

15. Novamente: "Com a hipótese de uma guerra na Amazônia, os militares procuram justificar sua existência" (Veja, 1991:37).

---

## Referências bibliográficas

CALDEIRA, Tereza P. 1989. "Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes". *BIB*. Rio de Janeiro, ANPOCS/Vértice, n. 27.

CASTRO, Celso. 1990. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

—. 1993. "A origem social dos militares". *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 37.

- COSTA, Eugênio P. L. D. 1994. *Projeto Calba Norte: antecedentes políticos*. São Paulo, USP, Departamento de Ciências Políticas. Dissertação de mestrado, mimeo.
- D'ARAÚJO, Maria C., SOARES, Glaucio A.D., CASTRO, Celso. 1994. *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- DURHAM, Eunice R. 1988. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", em CARDOSO, Ruth C. L. (org.), *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. 1972. *História do Exército brasileiro*. Brasília, Ministério do Exército.
- FOLHA DE S. PAULO, 1991. São Paulo, 16 nov., p. A-12.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. 1984. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEIRNER, Piero C. 1995. *Meta-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. São Paulo, FAPESP. Relatório final de dissertação de mestrado, mimeo.
- REB (Revista do Exército Brasileiro). 1989. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, v. 126, n 3, jul./set.
- SOARES, Samuel A. 1994. *Militares e pensamento político: análise de monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1985-1993)*. São Paulo, USP, Departamento de Ciência Política. Dissertação de mestrado, mimeo.
- VEJA. 1991. São Paulo, 25 set., p. 37.

(Recebido para publicação em abril de 1995)

---

Piero de Camargo Leirner é mestrando em antropologia social pela USP e editor da revista *Cadernos de Campo*, do Departamento de Antropologia da USP.